



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

**Resposta à interpelação escrita apresentada pelo Sr. Deputado à  
Assembleia Legislativa, Chan Meng Kam**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, e ouvida a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, a Direcção dos Serviços para Assuntos de Tráfego, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações e o Gabinete para as Infra-estruturas de Transporte, cumpro-me apresentar a seguinte resposta à interpelação escrita do Sr. Deputado Chan Meng Kam, de 27 de Novembro de 2013, enviada a coberto do ofício n.º 135/E98/V/GPAL/2013 da Assembleia Legislativa, recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 29 de Novembro de 2013:

1. Os serviços públicos do Governo da RAEM têm dado muita importância aos relatórios, orientações, sugestões e recomendações emitidas pelos organismos de fiscalização, incluindo aqueles que são do CCAC, por essa razão, analisam e avaliam de forma aprofundada os mesmos e adoptam medidas de melhoria na gestão e fiscalização, ou regulamentam os regimes, realizam acções de formação, optimizam os procedimentos de funcionamento, para que os procedimentos estejam de acordo com a lei e o erário público seja utilizado adequadamente.

A título de exemplo, tendo como objectivo melhorar de forma contínua os trabalhos efectuados, durante o processo da construção do metro ligeiro, o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes (GIT) tem respeitado a legislação vigente, tendo revisto, sistematicamente, os trabalhos realizados, e aperfeiçoado a gestão interna, mediante a criação de um mecanismo de fiscalização interna e grupos de vigilância com carácter regular.

Concomitantemente, o GIT tem realizado, periódica e conjuntamente com o



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

CCAC, palestras e *workshops* para que os trabalhadores interiorizem a necessidade de cumprir a lei, conhecendo bem os seus deveres e as normas a cumprir no exercício das suas funções.

Para além de articular com o CCAC, o GIT dá muita importância às opiniões e sugestões apresentadas no Relatório da Investigação sobre o Percurso do Sistema do Metro Ligeiro no NAPE, tendo efectuado uma análise técnica geral logo que recebeu esse documento. Posteriormente, o Governo efectuou também uma avaliação global e integral sobre o respectivo conteúdo.

O metro ligeiro, projecto de alta tecnologia e complexidade, visa servir a população, e será uma infra-estrutura importante para o futuro desenvolvimento de Macau. No processo de construção, é necessário ter em conta vários factores para além do aspecto técnico, de modo a que o metro ligeiro possa acompanhar o desenvolvimento regional e o ambiente social, corresponder a vontade da população ou ainda para se coordenar com os objectivos das outras políticas. Após muita ponderação, o Governo da RAEM decidiu fazer uma solicitação ao Governo Central para ser ajustada, uma pequena parcela à área dos Novos Aterros Urbanos, pedido que foi aprovado recentemente. Após o ajustamento, a Avenida Dr. Sun Yat-Sen da ZAPE será alargada, tornando viável a realização dos estudos científicos sobre o traçado periférico do metro ligeiro na zona do NAPE. Actualmente, o GIT e a equipa técnica de consultadoria estão a efectuar estudos e foram encontrados vários obstáculos a nível técnico, nomeadamente, se o percurso do metro ligeiro chegar à zona dos novos aterros, será necessário ponderar o planeamento urbanístico e a situação geral do trânsito, assim como se o metro ligeiro passar pela Ponte Governador Nobre de Carvalho, será necessário encontrar soluções



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

para ultrapassar as limitações e as dificuldades técnicas.

Devido à complexidade e diversificação das técnicas exigidas pela construção do metro ligeiro e ao elevado número de serviços públicos e equipas técnicas envolvidas, o GIT procedeu, atento ao parecer do CCAC, à revisão e ao aperfeiçoamento dos procedimentos definidos, bem como, ao melhoramento da articulação com outros serviços públicos, para reforçar o seu papel de coordenação, aperfeiçoar os procedimentos e a forma de divulgação das informações, de modo a melhor promover a construção do metro ligeiro.

Relativamente à área de gestão de telecomunicações, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações (DSRT) já procedeu à análise cautelosa e aprofundada do Relatório de Investigação e as Recomendações Relacionadas com o Caso da TV Cabo Macau, S.A.R.L. e os Fornecedores de Serviços de Antenas Comuns e o Relatório sobre Tratamento de Queixas (extracto) do Serviço de Telecomunicações Móveis Local que será prestado apenas através da Tecnologia de 3G a partir de 9 de Julho de 2012 e medidas sugeridas, ambos emitidos pelo CCAC em 2010 e 2012, respectivamente. Para além disso, foi criado um grupo de trabalho para acompanhar a questão da TV Cabo Macau e os anteneiros.

A fim de tratar essas duas questões, iniciou-se um conjunto de trabalhos, nomeadamente, a revisão da legislação vigente no domínio das telecomunicações, reavaliação da situação real e pontual de Macau na altura e auscultação das opiniões apresentadas pelos diferentes sectores sociais, para recolher de forma mais abrangente as diferentes opiniões, para elaborar uma solução mais adequada e viável para resolver essas questões. Tendo em conta



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

as sugestões do CCAC e os resultados obtidos nos referidos trabalhos, elabora-se neste momento uma solução que esteja em conformidade com a lei e defenda o interesse público.

Devido à aproximação da cessação da licença dos serviços 2G na altura e para ter mais tempo para elaborar um plano mais detalhado, a DSRT prolongou em Junho de 2012 o prazo da prestação dos serviços até finais de 2012. Posteriormente, após efectuar uma análise e estudos à situação real da altura, tornou a prolongar o prazo até 4 de Junho de 2015. Por outro lado, com vista a resolver, a longo prazo, o problema dos serviços de televisão, foi encomendada à Universidade de Macau (UM) a realização de um estudo sobre o desenvolvimento e planeamento geral para o futuro mercado de televisão, o qual servirá como uma referência para o Governo definir futuramente a política dos serviços de televisão. Depois da UM ter entregado o relatório intercalar em Janeiro de 2014, o Governo vai apresentar em Abril soluções viáveis para a prestação dos canais básicos de televisão. E quando a UM apresentar o relatório final em Setembro deste ano, o Governo definirá o plano de desenvolvimento a longo prazo para os serviços televisivos e as respectivas medidas adequadas.

Relativamente à área do trânsito rodoviário, tendo em conta o interesse público e o desenvolvimento social, o Governo implementou o novo modelo de serviço de autocarros, com o objectivo de melhorar o serviço de autocarros e acompanhar o desenvolvimento global de Macau, cuja política é do interesse público. No que diz respeito aos problemas indicados no Relatório de Investigação e Análise sobre uma Queixa Relacionada com a Concessão do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros, o



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

Governo respeita e concorda com o relatório e já tomou medidas face a essas opiniões. A Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), enquanto entidade que fiscaliza o serviço de autocarros, vai assumir uma postura responsável e vai aperfeiçoar o Contrato do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros tendo em consideração o resultado do estudo final. No pressuposto de garantir que o serviço de autocarros não seja afectado, serão corrigidos quanto antes os problemas actualmente existentes na escritura referente ao Contrato de Concessão do Serviço Público de Transportes Colectivos Rodoviários de Passageiros para que o mesmo possa satisfazer as exigências de todo o enquadramento jurídico. Durante esse processo, a prioridade será assegurar o funcionamento normal do serviço de autocarros, para garantir a utilização dos autocarros pelos cidadãos nas suas deslocações.

Em resumo, tanto o Governo da RAEM como os serviços públicos dão muita importância ao relatório e recomendações emitidas pelo CCAC, e estão empenhados em efectuar os estudos e as análises aprofundadas sobre os problemas apontados para tomar medidas adequadas e fazer o acompanhamento das situações.

2. Os trabalhadores da Função Pública, sobretudo os dirigentes, para aplicar a lei, devem conhecê-la bem para que possam respeitar o princípio de legalidade administrativa. Por conseguinte, o Governo da RAEM está atento à importância da necessidade de aumentar os conhecimentos jurídicos dos trabalhadores de diferentes níveis, com vista a reforçar a capacidade de implementar as linhas de acção governativa de acordo com a lei.



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

Com o objectivo de garantir aos trabalhadores os conhecimentos básicos sobre o direito e o desenvolvimento das capacidades básicas para aplicar a lei, os novos trabalhadores admitidos pela Administração Pública têm que frequentar o Programa de Formação Essencial para os Funcionários Públicos, cujo conteúdo é constituído por conhecimentos básicos, tais como a Lei Básica, o Regime Jurídico da Função Pública, o Código de Processo Administrativo, etc... E, com vista a reforçar a capacidade da aplicação da lei dos trabalhadores de diferentes níveis e consolidar os seus conhecimentos jurídicos, são realizados diversos cursos de formação no respectivo domínio para que os mesmos possam frequentá-los em diferentes fases da sua carreira, de modo a desenvolver a capacidade de aplicação correcta da respectiva legislação, em resposta às exigências da legalidade administrativa.

E para que os trabalhadores, especialmente, o pessoal de direcção e chefia, possam conhecer, de forma clara e correcta, os diplomas legais relacionados com a sua função e com vista a dotá-los da devida capacidade profissional e conduta para aplicar a lei de forma rigorosa, desde Setembro de 2013, que se iniciou o Programa de Formação de Administração segundo a Lei e Consciência dos Valores de Honestidade e Integridade. Este Programa proporciona aos participantes oportunidades de interacção com especialistas do Direito para troca de impressões e debate sobre legislação ou conceitos jurídicos mais complexos. Com vista a reforçar a eficácia da formação, o programa dispõe o modelo de “aprendizagem por prática”, que permite ao pessoal de direcção e chefia participante efectuar uma nova avaliação do circuito e das regras de funcionamento dos seus serviços, apresentar as propostas de optimização e medidas de melhoria, as quais são implementadas



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

posteriormente. Este modelo contribui para que a “legalidade administrativa” seja assegurada de forma descendente.

Por outro lado, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária proporciona também, aos trabalhadores formação profissional jurídica conforme as funções dos trabalhadores de diferentes carreiras, de modo a assegurar a capacidade de execução da lei.

3. A partir da transferência, o Governo da RAEM tem persistido no princípio da legalidade administrativa na gestão de assuntos públicos, tendo realçado a observação rigorosa da lei nos procedimentos administrativos e no tratamento de questões relacionadas com a vida quotidiana da população. Com o rápido desenvolvimento socio-económico de Macau, existem mais questões jurídicas relacionadas com o trabalho dos serviços públicos e são cada vez mais complexas. Por outro lado, com a campanha da generalização da lei promovida pelos serviços públicos e associações cívicas, os conhecimentos jurídicos da população em geral aumentou, bem como tem sido reforçada a consciência sobre a defesa dos seus direitos. Por conseguinte, quando alguém não conformar com uma decisão tomada pelos serviços públicos, não se inibe de recorrer face aos direitos concebidos pela lei e reclamar junto do organismo judicial, pelo que é compreensível verificar um aumento gradual do número de processos de contencioso administrativo.

Com vista a garantir que os serviços públicos cumpram rigorosamente a lei no exercício das suas funções, assegurar os interesses e direitos legítimos de todas as partes e evitar os erros na aplicação da lei, o Governo da RAEM vai empenhar-se em aumentar a capacidade e o nível profissional dos



澳門特別行政區政府  
Governo da Região Administrativa Especial de Macau  
行政公職局  
Direcção dos Serviços de Administração e Função Pública

譯本  
TRADUÇÃO

trabalhadores, especialmente, os técnicos da área jurídica, para que possam interpretar correcta e integralmente o contexto histórico e social aquando da elaboração dos diplomas legais, assim como o sentido e as disposições dos artigos, de modo a apoiarem os serviços públicos no desenvolvimento dos seus trabalhos segundo a lei.

14 de Fevereiro de 2014

O Director dos SAFP,

José Chu

Tradutora: Wu Chon Kit

Letrada: Maria Manuel Borralho Ferreira

Revisora: Fernanda de Almeida Ferreira